



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo n° 10880.989293/2009-08
Recurso Voluntário
Acórdão n° **1401-006.504 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Sessão de 13 de abril de 2023
Recorrente MANPOWER STAFFING LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ano-calendário: 2003

DIREITO CREDITÓRIO. ÔNUS DA PROVA.

Incumbe ao sujeito passivo a demonstração, acompanhada de provas hábeis, da composição e da existência do crédito que alega possuir junto à Fazenda Nacional, para que sejam aferidas sua liquidez e certeza pela autoridade administrativa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Cláudio de Andrade Camerano, Daniel Ribeiro Silva, Carlos André Soares Nogueira, André Severo Chaves, Itamar Artur Magalhães Alves Ruga, André Luis Ulrich Pinto, Lucas Issa Halah e Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente).

Relatório

Trata-se de Pedidos de Restituição e Declarações de Compensação – PER/DCOMPs (v. e-fls. 02/22) que indicaram como crédito o saldo negativo de IRPJ relativo ao ano calendário de 2003. O despacho decisório (v. e-fls. 25) foi fundamentado na impossibilidade de se confirmar a apuração do saldo negativo, pois não teria sido identificado o período de apuração a que se refere o crédito informado, uma vez que a forma de apuração do lucro real

indicado no PER/DCOMP difere da informada na DIPJ correspondente ao período de apuração do saldo negativo demonstrado no PER/DCOMP. Enquanto no PER/DCOMP foi informado que o crédito referia-se a período de apuração anual (2003), no importe de R\$204.118,15, na DIPJ a apuração do IRPJ deu-se de forma trimestral.

3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL

Analisadas as informações prestadas no documento acima identificado, não foi possível confirmar a apuração do saldo negativo, pois não foi identificado o período de apuração a que se refere o crédito informado, uma vez que a forma de apuração do lucro real indicada no PER/DCOMP difere da informada na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) correspondente ao período de apuração do saldo negativo demonstrado no PER/DCOMP.
Forma de apuração no PER/DCOMP: ANUAL
Forma de apuração na DIPJ: TRIMESTRAL
Valor original do saldo negativo informado no PER/DCOMP com demonstrativo de crédito: R\$ 204.118,15

Diante do exposto, NÃO HOMOLOGO a compensação declarada nos seguintes PER/DCOMP:
14495.52996.240809.1.7.02-3707 16255.27690.240809.1.7.02-0544 19155.25589.240809.1.7.02-2073 38789.59524.240809.1.7.02-3305
Valor devedor consolidado, correspondente aos débitos indevidamente compensados, para pagamento até 30/09/2009.

PRINCIPAL	MULTA	JUROS
214.519,20	42.903,81	149.369,79

Para a verificação de valores devedores e emissão de DARF, consultar www.receita.fazenda.gov.br, opção Empresa ou Cidadão, Todos os Serviços, assunto "Restituição...Compensação", item PER/DCOMP, Despacho Decisório.
Enquadramento Legal: Art. 1º a 3º, Parágrafo 1º do art. 6º e art. 28 da Lei 9.430, de 1996. Art. 4º da IN RFB 900, de 2008. Art. 74 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Em sua manifestação de inconformidade, a Recorrente defendeu, em apertadíssima síntese, a existência do direito creditório compensado; alega que incorreu em erro no preenchimento das PER/DCOMPs, identificando de maneira incorreta o período de apuração do saldo negativo. Para tanto, juntou aos autos PER/DCOMPs ditas retificadoras, buscando sanar os erros cometidos (v. e-fls. 44/116). Os documentos apresentados, em nº de quatro, visam retificar as informações prestadas através das PER/DCOMPs de e-fls. 02/22, e indicam como crédito o saldo negativo de IRPJ apurado em cada um dos quatro trimestres de 2003 (em cada retificadora, um trimestre).

Recebida a manifestação de inconformidade, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento indeferiu o recurso (v. e-fls. 126/130) sob a alegação de que a Recorrente não poderia retificar as PER/DCOMPs via apresentação de manifestação de inconformidade, haja vista que as mesmas deveriam ter sido enviadas até a data da expedição do despacho decisório, o que não ocorreu.

Ressalta a Autoridade Julgadora *a quo* que os valores retidos na fonte poderiam ser deduzidos do imposto devido, desde que a interessada possuísse os comprovantes de retenção, emitidos pelas fontes pagadoras (art. 55 da Lei nº 7.450/85, e do § 2º do art. 943 do Regulamento do Imposto de Renda/1999), e que os rendimentos tivessem sido computados para a determinação do lucro real (inciso III do §4º do Art. 2º da Lei 9.430/96). No caso, a Interessada não teria feito quaisquer dessas comprovações.

Por fim, assenta haver divergência entre os valores informados nas PER/DCOMPs e aqueles constantes da DIRF, exemplificando as discrepâncias encontradas (valores informados nas PER/DCOMPs não foram declarados na DIRF).

Inconformada com a decisão retro, a Contribuinte apresentou recurso voluntário (v. e-fls. 148/164) através do qual argui o seguinte, em aditamento ao já alegado na manifestação de inconformidade:

- 1) Informa ter juntado aos autos laudo contábil pericial onde estaria caracterizada a retenção do IR pelos seus tomadores de serviço, que atingiu o montante de R\$204.118,15;
- 2) Alega, ainda, que o responsável pela análise dos documentos necessários à comprovação das parcelas do crédito teria desconsiderado parte da

documentação apresentada, sem qualquer tipo de justificativa; argui que o mesmo deveria ter confrontado tais informações com aquelas apresentadas pelas fontes pagadoras;

- 3) Alega que não pode ser prejudicada pela falta de cumprimento das obrigações acessórias por parte das fontes pagadoras, reputando como suficientes as notas fiscais apresentadas, que seriam cristalinas no sentido de apurar se teria havido ou não a retenção na fonte;
- 4) Reclama pela aplicação do princípio da verdade material, arguindo que todos os documentos juntados aos autos até então, inclusive o laudo pericial contábil, supririam essa necessidade;
- 5) Roga, ainda pela insubsistência da multa aplicada, em virtude de seu caráter confiscatório, não guardando qualquer proporcionalidade ou razoabilidade com a realidade dos fatos.

Junto com o recurso voluntário, anexou as planilhas de e-fls. 180/195 e o documento intitulado de “Laudo Pericial Contábil” de e-fls. 178/179 (já constante de e-fls. 143/144).

É o relatório.

Voto

Conselheiro Luiz Augusto de Souza Gonçalves, Relator

O Recurso Voluntário é tempestivo e sua matéria se enquadra na competência deste Colegiado. Os demais pressupostos de admissibilidade igualmente foram atendidos.

Como vimos no Relatório, o crédito que foi submetido pelo contribuinte à análise de liquidez e certeza por parte da Autoridade Administrativa da Delegacia da Receita Federal do Brasil, derivava de saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário de 2003. A Autoridade Administrativa indeferiu o pedido fundamentando sua decisão na impossibilidade de se confirmar a apuração do saldo negativo, pois não teria sido identificado o período de apuração a que se refere o crédito informado, uma vez que a forma de apuração do lucro real indicado no PER/DCOMP diferiria da informada na DIPJ correspondente ao período de apuração do saldo negativo demonstrado no PER/DCOMP. Enquanto no PER/DCOMP foi informado que o crédito referia-se a período de apuração anual (2003), no importe de R\$204.118,15, na DIPJ a apuração do IRPJ deu-se de forma trimestral.

A manifestação de inconformidade centrou suas alegações em erro cometido pela Contribuinte nas informações constantes das respectivas PER/DCOMPs. Para evidenciar tais erros, a Recorrente juntou aos autos PER/DCOMPs “retificadoras” (v. e-fls. 44/116).

Já a decisão recorrida indeferiu o recurso da Contribuinte, pois concluiu que não seria possível a entrega de declarações retificadoras (PER/DCOMPs) juntamente com a manifestação de inconformidade, providência que deveria ter sido tomada até a data da edição do despacho decisório. Também verificou a Delegacia da Receita Federal de Julgamento que as informações e provas trazidas aos autos eram insuficientes para comprovar a retenção e o oferecimento à tributação das respectivas receitas. Ademais, verificou a Autoridade Julgadora que as informações prestadas nas PER/DCOMPs, tanto as originais quanto as “retificadoras”, não condiziam com os valores constantes da DIRF.

As alegações da Recorrente são as mesmas já aventadas quando da manifestação de inconformidade, ou seja, que teria incorrido em erro no preenchimento das PER/DCOMPs, identificando de maneira incorreta os respectivos períodos de apuração dos créditos. Agregou ao recurso, a par do que já havia apresentado quando da manifestação de inconformidade, um “laudo pericial contábil” (v. e-fls. 178/179), além das planilhas de e-fls. 180/195. Alega, ainda, que a Autoridade Julgadora teria desconsiderado parte da documentação apresentada, sem qualquer tipo de justificativa, e que não poderia ser prejudicada pela falta de cumprimento das obrigações acessórias por parte das fontes pagadoras, reputando como suficientes as notas fiscais apresentadas, que seriam cristalinas no sentido de apurar se teria havido ou não a retenção na fonte. Reclama, ainda, pela aplicação do princípio da verdade material, arguindo que todos os documentos juntados aos autos até então, inclusive o laudo pericial contábil, supririam essa necessidade. Finalmente, roga pela insubsistência da multa aplicada, em virtude de seu caráter confiscatório, não guardando qualquer proporcionalidade ou razoabilidade com a realidade dos fatos.

Sem razão a Recorrente.

Nota-se que o recurso voluntário é bastante confuso. Digo isso porque, ao contrário do alegado, não foram juntados aos autos uma nota fiscal sequer por parte da Recorrente. Também, nestes autos, não consta qualquer exigência de multa de ofício aplicada à Contribuinte, a não ser a cobrança da multa de mora dos débitos que não foram objeto de compensação. Entretanto, tais multas são inerentes aos próprios débitos compensados, não foram objeto de lançamento por parte da Autoridade Fiscal como quer fazer crer a Recorrente e são exigidas de acordo com o disposto no art. 61 da Lei nº 9.430/96, abaixo reproduzido:

Art. 61. Os débitos para com a União, decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, cujos fatos geradores ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 1997, não pagos nos prazos previstos na legislação específica, serão acrescidos de multa de mora, calculada à taxa de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso. (Vide Decreto nº 7.212, de 2010)

§ 1º A multa de que trata este artigo será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o dia em que ocorrer o seu pagamento.

§ 2º O percentual de multa a ser aplicado fica limitado a vinte por cento.

§ 3º Sobre os débitos a que se refere este artigo incidirão juros de mora calculados à taxa a que se refere o § 3º do art. 5º, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês de pagamento. (Vide Lei nº 9.716, de 1998)

Compete à Administração Tributária executar a lei, em estrita observância aos seus mandamentos, sob pena de responsabilidade funcional, não havendo espaço para a apreciação de arguições que digam respeito à ofensa aos princípios constitucionais da razoabilidade, proporcionalidade e não confisco, conforme sobejamente evidenciado pela Súmula CARF n.º 02:

Súmula CARF n.º 2

Aprovada pelo Pleno em 2006

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária.

No mais, as planilhas apresentadas e o “laudo pericial contábil”, desacompanhados dos documentos fiscais e da escrituração contábil, não fazem prova do direito alegado. Deveria a Recorrente ter apresentado os referidos documentos para demonstrar que os serviços realizados teriam sido pagos com os devidos descontos relativos ao IRRF incidente sobre as respectivas receitas. Também não restou evidenciado o oferecimento à tributação dos respectivos rendimentos, conforme já havia sido, inclusive, alertado pela decisão primeva.

Quanto à alegação de que a Autoridade Julgadora de piso não teria considerado os documentos juntados à manifestação de inconformidade, constato ser a mesma totalmente inverídica. A decisão de piso é de clareza solar ao evidenciar que a Autoridade Julgadora até tentou confirmar as informações constantes das PER/DCOMPs apresentadas, entretanto esbarrou na inconsistência dos dados declarados em confronto com a DIRF da Contribuinte.

São tantas as inconsistências do processo, motivadas única e exclusivamente pela inação da Contribuinte, que as arguições de aplicação do princípio da verdade material perdem todo e qualquer sentido prático. Afinal de contas, a responsabilidade primeira em demonstrar a liquidez e certeza do crédito requerido é da própria Recorrente, não cabendo sua transferência à Administração Tributária, mormente quando o direito alegado carece do mínimo de plausibilidade.

Por todo o exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves